

morte do Presidente Juscelino Kubitschek que anistiou aqueles que se levantaram em armas contra o seu Governo legitimamente Constituído, ao contrário do vigente, que embora ilegítimo, não quer anistiar aqueles que se levantaram em armas contra a ilegitimidade do Governo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (ARENA — RS. Pronúncia, como Líder, o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este início de tarde cheio de emoção e de muita preocupação, é também um momento histórico da vida nacional. É mais do que um momento histórico e de extrema importância, ele prova o acerto daqueles que vêm sustentando, ao lado do Governo, a tese de que é possível conquistar a democracia numa marcha firme e tranqüila rumo à liberdade.

Aqui, nesta tarde, o Congresso brasileiro haverá de, através de uma lei, trazer ao País, à liberdade, milhares de brasileiros, que, nos entreveros dos desentendimentos por que passou o nosso País, perderam os seus direitos e foram excluídos da comunidade política nacional.

Resgata assim o Governo o seu compromisso livremente assumido com a Nação, e o faz de tal forma que preserva para todos os brasileiros as conquistas já adquiridas, a liberdade de imprensa, o parlamento, a democracia, os poderes constituídos, derrogados que foram os atos institucionais, que por tanto tempo se fizeram sentir sobre a Pátria.

Esta tarde prova o contrário da tese da Oposição, que não se cansou de vir a esta tribuna para desacreditar as nossas teses, para dizer que o Governo não abriria mão de seus poderes, para dizer que o Governo era incapaz de abrir a mão, para dizer que o Governo era incapaz de estender o braço e praticar a conciliação.

Aqui, quer queiram, quer não queiram os integrantes da Oposição, estamos a demonstrar, sobejamente, como este caminho nós o estamos perseguindo, como nós estamos ajudando a construí-lo, como nós, modestamente, humildemente, todos nós que integramos o Governo, estamos procurando ajudá-lo.

E se vê, também, Sr. Presidente, mais uma vez realçado que nem todos querem só servir à anistia, à democracia e à liberdade. Há alguns, felizmente não muitos, que procuram em qualquer tempo, mais se servir dela do que propriamente servi-la, mais tirar proveito político do que construí-la, mais canalizar as simpatias, a dor e o sofrimento do que mitigar essa dor e esse sofrimento. (Muito bem!)

Esta é a nossa posição. Sr. Presidente. O nosso projeto representa o máximo que podíamos conseguir, aquilo que podíamos unir, que podíamos preservar do passado e aquilo que pode construir o futuro. E mais, assumimos ao lado do Presidente da República, ao lado do eminente estadista Presidente Figueiredo o compromisso de que este é um passo, um passo que é uma caminhada, mas que outros passos, outras caminhadas haveremos de fazer para que nos reconcillemos, todos os brasileiros, tenham ou não praticado sejam quais forem os crimes.

Por isso, Sr. Presidente, que a Bancada do nosso partido traz hoje perante o Brasil este projeto, assume o compromisso de votar, assume o compromisso de prosseguir e, sobretudo, tem a consciência tranqüila de que está aqui fazendo o máximo que pode, o máximo ao seu alcance, o máximo sem risco, o máximo sem anarquia, sem titubeio, sem que haja choques no País.

Tenho dito, tenho repetido, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que é muito difícil o nosso papel. Melhor fora se nós pudessemos adotar uma posição irresponsável, melhor fora se nós não tivéssemos consciência e pudessemos comprometer o passado. Mas, felizmente um punhado de homens, que se constitui na maioria desta Casa, só tem um compromisso, que é o de construir a liberdade, construir a democracia e construir dias melhores para o nosso povo. Isto o faremos. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Senador Paulo Brossard, que falará como Líder.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Como Líder, pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É contraditória a impressão que se tem neste momento; as sensações que assomam ao espírito lembram as lutas travadas durante tanto tempo, para que num certo momento uma lei de anistia pudesse ser votada. Até há algum tempo só a Oposição falava em anistia. A anistia parecia ser uma coisa imaginária e inacessível, mas em meio àquele mar de desesperança a Oposição brasileira jamais deixou de cumprir o seu dever, clamando para a adoção da medida saneadora e reparadora, necessária sempre depois das grandes comoções sociais.

A voz da Oposição somaram-se outras vozes, ilustres e respeitáveis. Quicá a primeira a juntar-se à nossa voz foi a da Ordem dos Advogados do Brasil. (Palmas.) Quase ao mesmo tempo a da Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.) Não tardou a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (Palmas.) E seria um longo trabalho a enumeração de todas as vozes que começaram a surgir, aqui e ali, avolumando-se através das várias entidades que pelo Brasil afora vieram a surgir com a missão precípua, com o encargo específico de lutar pela anistia.

Até ontem, era só a Oposição que clamava por esta medida. E este ontem não faz muito tempo. Até o início deste ano, nas esferas oficiais jamais se pronunciava esta palavra maldita nos arraiais do Governo.

De modo que, Sr. Presidente, eu festejo aqui a vitória da Oposição brasileira, que encarnou a opinião liberal do Brasil. (Palmas.) O trabalho da Oposição brasileira chegou até o Palácio do Planalto, de onde haveria de sair um projeto de anistia mau, deficiente, incongruente, mas assim mesmo um projeto que, até o Governo passado, seria incapaz de surgir e foi incapaz de aparecer.

A opinião pública nacional ganhou dimensões tais que chegou a impressionar o Chefe do Governo. Ai, Sr. Presidente, o motivo de aplauso. Por que não? Mas aí também começou o grave erro praticado pelo Governo.

Há instantes a Casa ouvia a eloqüente oração do porta-voz do Governo na Câmara dos Deputados, e S. Ex.^a dizia franca e abertamente: Foi isto o que nós pudemos dar; foi isto o que foi possível dar. Não discuto, Sr. Presidente, se teria sido isto, realmente, o que o Governo poderia propor. Não sei, mas o que sei é que o Governo, que chegou a impressionar-se com os impressionantes clamores da alma brasileira, que está cansada do arbítrio que nada produz de bom e que tanto produz de ruim, o Governo, que foi capaz de ouvir os vagalhões da opinião pública, rugindo por toda a parte, não foi capaz de sentir que o Brasil de hoje é um Brasil diferente do Brasil de ontem, e que não mais é dado a um Governo pretender governar como se esse País não tivesse alma, não tivesse opinião, não tivesse respeitabilidade e não tivesse uma Oposição que encarna as aspirações mais legítimas do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O Governo procedeu como se esta Casa não fosse a Casa do povo brasileiro e como se o povo brasileiro já não houvesse quebrado os grilhões do despotismo, já não tivesse manifestado o seu desprezo e a sua repulsa pelos atos de arbítrio. O Governo não percebeu que estava na hora de tratar com a Oposição, e de fazer isto que em todos os países do mundo e em todos os parlamentos, e em todas as democracias ninguém se peja de fazer e nenhum governo se recusa de praticar. O Governo ainda não aprendeu que a negociação é um processo, é um processo de busca de soluções, e de soluções boas. Se é verdade o que diz o nobre Líder do Governo na Câmara dos Deputados, que era isto que agora o Governo podia conceder, era isto o que era possível fazer, então aquele negociou com alguém, com alguém ele transacionou, com alguém ele discutiu, com alguém ele acertou, com alguém ele combinou. Mas esse alguém, não foi o protagonista necessário do diálogo político, que é a Oposição parlamentar na Câmara e no Senado da República. (Palmas.)

Grave erro cometeu aí o Governo. Por quê? Porque a anistia, antes e acima de tudo, é uma medida política de conciliação. E nenhum assunto mais adequado para que se começasse a fazer aquilo que os anos do arbítrio afastaram da vida pública. Mas que por força da natureza das coisas há de ressurgir e ser restabelecido.

É que até ontem a Oposição era chamada de inimiga. Até ontem a Oposição era qualificada de inimiga. Por quem? Pelo suposto primeiro magistrado da Nação. Esta mentalidade anacrônica e primária já ninguém é capaz de externar. Mas, não externando por palavras, o Governo, no seu vezo autoritário, repete por atos.

Veja só a Casa: um projeto que deverá acender alegrias e deverá marchar triunfalmente na Casa dos representantes do povo, foi encontrando os embaraços da sua tramitação fora do Congresso, quando, ao longo dos dias, quando na sucessão das noites, a sociedade foi externando as suas reservas e formulando os seus reparos, dada a pequenez do projeto governamental.

Veja o Governo o erro em que incidu e que tem incidido ao persistir na ignorância de que a democracia se faz praticando a democracia, e não concebendo os seus projetos, frutos das combinações palacianas, e depois jogados no seio do Congresso para que este os aprove, como foi a melancólica crônica parlamentar de mais de 10 anos, de cerca de 15 anos. Tome o Governo nota do fenômeno que irrompeu em torno deste projeto, e veja que não é mais possível governar este País com os métodos que vinham sendo adotados até aqui. Tire, pelo menos, essa ilação.